



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL**

**PROJETO TEMÁTICO**

**A SITUAÇÃO DA PAZ NA AMÉRICA DO SUL PELA ÓTICA DAS  
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS E NÃO-  
GOVERNAMENTAIS: UM OLHAR SOBRE A CONSIDERAÇÃO DA VIOLÊNCIA  
ESTRUTURAL E SOBRE OS FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
INTERNACIONAIS PARA A PAZ**

**PLANO DE TRABALHO:**

**DA VITIMIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO: AS MULHERES DAS FARC,  
COMBATENTES E PACIFICADORAS.**

Ciências Humanas

Relações Internacionais

Estudos para a Paz

Relatório Final janeiro /2019– julho/2019

PICVOL

Orientadora: Érica Cristina Alexandre Winand

Autora: Luisa Maria Ramos da Costa



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**SUMÁRIO**

1-INTRODUÇÃO .....	1
2-OBJETIVOS .....	6
2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	6
2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	6
3-METODOLOGIA .....	7
4-RESULTADOS PRELIMINARES.....	7
4.1 <i>Mulheres nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia</i> .....	7
4.2 <i>A Rota Pacífica das Mulheres</i> .....	13
4.3 <i>Mulheres em Processo de Paz: Resultados Alcançados</i> .....	15
4.4 <i>Avaliação Prévia da Implementação do Acordo de Paz e os dados sobre a Violência contra Mulher</i> .....	19
5 CONCLUSÕES.....	23
6- PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS .....	24
7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
8- OUTRAS ATIVIDADES.....	29
9- JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO .....	30

## 1-INTRODUÇÃO

### *Um olhar crítico para segurança Internacional: a construção da paz e superação das desigualdades de gênero*

Os Estudos de Segurança Internacional estiverem por muito tempo baseados em abordagens estadocêntricas, ou focado em apenas dois problemas: o da militarização e o da ameaça. Em resposta aos Estudos Estratégicos de Segurança Internacional, que problematizavam questões derivadas da corrida armamentista da Guerra Fria, os Estudos de Pesquisa para Paz surgem com uma visão ampla sobre segurança e sobre a paz, sob um signo mais reflexivista e humanista. À margem dos debates pertencentes aos desdobramentos do debate entre abordagens realistas ou liberais, Johan Galtung (1969) reformula conceitos-chave para os Estudos de Paz, sendo os principais o de *paz positiva e a paz negativa*, substituindo o problema da ausência da guerra ou da ameaça, pela preocupação com a existência da violência.

Em *Violence, Peace and Peace Research*, o autor explica que sob a presença da violência estrutural, mesmo que subtraída a violência direta, observa-se apenas uma paz negativa. Já, quando há medidas para redução da violência estrutural e aumento da justiça social, observa-se a busca pela paz positiva. Embora cético em relação à existência da paz e, inclusive crítico de visões de paz por imposição, seja jurídica ou armada, Galtung apenas acredita que o equilíbrio está no caminho e não no fim, ou seja, na busca da redução da violência estrutural. Naquele momento, porém, Galtung não era ainda conhecido como teórico da segurança. Por isso, a escola de Copenhague, ao abranger as variáveis presentes nos estudos sobre ameaça, foi considerada o primeiro ponto de partida para chegada a uma abordagem mais humanista e sociológica.

Atualmente, mesmo os autores da Escola de Copenhague reconhecem o papel de Galtung à abertura de novos horizontes. A *Evolução dos Estudos de Segurança Internacional* de Barry Buzan e Lene Hansen ressaltam como o conceito de violência estrutural incorporou o problema da desigualdade e da injustiça sociais, perpassando a já polêmica incorporação do indivíduo aos estudos de segurança, ao leva-lo para a coletividade. A exemplo, Galtung opina: “Quando um marido espanca sua esposa, há um caso clássico de violência direta, mas quando um milhão de maridos mantém um milhão de

esposas na ignorância, há violência estrutural (GALTUNG,1969 p.171). Ambos casos são importantes, mas quando o problema coletivo não é resolvido, os individuais seguirão ocorrendo. Em resumo, é preciso agir sobre as bases da violência estrutural para se fomentar uma cultura de paz.

A violência estrutural é uma marca do Estado Colombiano, que vivencia o embate entre guerrilhas e paramilitares que se estende por mais de cinquenta anos, gerando milhares de vítimas. Além do grande período de duração, o conflito armado colombiano é marcado pela atuação de diversos atores violentos e tentativas falhas de negociação. Saffon e Uprimny (2009), destacam que atualmente, além das FARC e o ENL, há a violência do próprio Estado e de grupos paramilitares. Todos estes responsáveis por massacres. Outro elemento de complexidade, diz respeito às profundas atrocidades sofridas pelas vítimas, como violência sexual, desaparecimentos, e vítimas de minas antipessoal.

Entretanto, dentro daquele difícil contexto, uma saída foi enxergada na busca do protagonismo por mulheres guerrilheiras que estiveram à beira da mesa de negociações daquele chamado “intratável conflito”. Um dos motivos daquela busca não ter gerado resultados mais positivos residiu na violência de gênero patriarcal que não deu voz ao protagonismo das guerrilheiras e das mulheres representantes da sociedade civil.

Convém destacar, que a entrada de mulheres para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) se mostrou, inicialmente, como uma resposta frente à violência recorrente. Sanchez (2012) apresenta que muitas mulheres se juntaram às FARC para escapar de um lar disfuncional, dos abusos, para provar sua autoestima, para promoção de melhores oportunidades e pela igualdade na busca de melhores oportunidades não disponíveis na sua região. No entanto, ele não enxergou esta participação das mulheres como emancipação, embora aquele tenha sido o escopo, mas enfatizou a perpetuação da violência de gênero dentro das FARC, dentro de uma logicamente fisicamente mais violenta.

Por outro lado, observou-se o fortalecimento da coletividade de mulheres para nas negociações de paz entre os governo colombiano e as FARC, uma representatividade tanto pelas guerrilheiras, como pela sociedade civil, representada pelos movimentos feministas pela paz, como a “Rota Pacífica das Mulheres” e a “Iniciativa das Mulheres Pela Paz”, que tem exercido um papel central nas negociações de paz e no recente acordo de paz firmado,

em 2016, no mandando do ex-presidente colombiano Juan Manuel Santos. Assinou-se então, um acordo de paz com grande foco sobre as vítimas do conflito e sobre a questão de gênero (COSTA,2008).

### ***As FARC e o conceito de Emancipação***

Em *Security and Emancipation*, Ken Booth, teórico crítico da Segurança Internacional apresenta a necessidade de perceber as mudanças do mundo e de desvincular o olhar da segurança pela ótica do estado-nação. Para o teórico crítico, a emancipação pressupõe liberdade dos grupos e indivíduos e fatores como guerra, pobreza e opressão política são limitadores da emancipação humana. Destrinchando tais pressupostos, Gomes (2017) apresenta que a emancipação é uma prática de resistência e que através de ações estratégicas é possível realizar objetivos emancipatórios de curto, médio e longo prazo. Aderindo às FARC, as mulheres se emancipam da estrutura patronal da sociedade colombiana, inclusive resistindo a ela. Todavia, encontram aprisionamento da teia violenta da sociabilidade da guerrilha.

Booth (2007) ressalta a importância dos Estudos Críticos de Segurança Internacional para que não se recaia sobre o fatalismo histórico e predefinições sobre a sociedade, enxergando a Teoria Crítica, como uma teoria da mudança, que permite o entendimento da história e a não repetição dos círculos de violência, e da política feita pelos poderosos. Esta orientação da Teoria Crítica leva em consideração a Escola de Frankfurt e enquanto orientação política, é informada pelo objetivo de fortalecer a segurança mundial mediante políticas emancipatórias e redes de comunidade em todos os níveis, incluindo uma potencial comunidade, abarcando outras comunidades políticas. (GOMES,2017, p.180) O autor (1991) também mostra que a segurança só é produzida por meio da emancipação, que está diretamente relacionada com a liberdade e reciprocidade de direitos, considerando que a liberdade só é real quando todos são de fato livres.

Tais premissa são criticadas por Chris Brown (2010) que aponta incompatibilidade entre a liberdade e igualdade. Brown defende a existência de um Estado ou qualquer instituição política, visto que as instituições políticas são fundamentais para a emancipação. No entanto, Booth (1991) não descarta o papel do Estado para emancipação, mas apresenta a importância dos agentes emancipadores, seja com uma ação de maior ou menor escala,

como por exemplo no apoio a ONGs internacionais e comunidades locais. Booth complementa sua concepção sobre a emancipação em *Theory of World Security*:

Como um discurso da política, a emancipação busca a proteção das pessoas daquelas opressões que os impedem de realizar o que escolheriam livremente fazer, compatível com a liberdade dos outros. Ela fornece uma estrutura tripla para a política: uma ancoragem filosófica para o conhecimento, uma teoria do progresso para sociedade civil e uma prática de resistência contra a opressão. A emancipação é a filosofia, teoria e política de inventar a humanidade. (BOOTH,2007)

Estes aspectos da Teoria Crítica, como uma teoria da mudança, são destacados por Keith Krause (1998) na obra *Critical Theory and Security Studies*. Ali, são apresentados pontos importantes: 1) os principais atores das relações internacionais são socialmente construídos e produtos de um processo histórico amplo, 2) os atores são constituídos e reconstituídos através da prática social, 3) o mundo é mutável e as estruturas não são determinantes, 4) não há um mundo objetivo separado da construção política e social, 5) a teoria se utiliza de uma metodologia interpretativa, não abarca propósitos generalistas, mas sim conhecimento objetivo apropriado. Nesse sentido, nota-se a impossibilidade de um mundo estático, pois as estruturas e identidades são socialmente construídas, o que implica em possibilidade de mudança. Por isso, nossas fontes de análise são caracterizadas por testemunhos daquelas mulheres, e dar voz a elas ante a um processo em que a versão é consolidada pela visão dos homens guerrilheiros ou da sociedade de quem a guerrilha é inimiga.

Para o autor, a emancipação traz junto de si uma prática de resistência emancipadora, em que objetivos de emancipação podem ser alcançados através da ação estratégica e tática baseada na crítica constante. Sendo assim, a emancipação pode ser invocada por qualquer grupo que se sinta em uma situação de insegurança, como é o caso das mulheres colombianas no contexto do conflito armado. Assim, observaremos se os relatos das mulheres trazem essa representação da resistência como forma emancipação.

### ***Gênero e Processos de Paz***

Os estudos críticos de segurança não colocam, necessariamente, como ponto central da discussão sobre segurança a questão de gênero, mas se conecta com as Teorias Feministas de Relações Internacionais, por criticarem o posicionamento realista e estado-centrico, trazendo para a discussão o quadro de insegurança de grupos marginalizados. Entendendo o mundo feminino como marginalizado, Ann Tickner na sua obra *Gender in International Relations* busca incorporar o gênero como uma categoria de análise, apresentado que a política externa e militar, foram conduzidas por homens, negligenciando as mulheres no cenário nacional e internacional. Para a autora, há uma tendência em relacionar o que é humano ao que é masculino, e isto mais verdadeiro nas Relações Internacionais, que se baseia, majoritariamente nas suposições e explicações das atividades e experiências masculinas.

Ao tratar das teorias feministas de segurança internacional, Booth (2007) apresenta que seu ponto fundamental de partida é o patriarcado, que é um sistema de opressão masculina através das instituições sociais, políticas e econômicas.

A discussão de gênero tem este ponto importante, de entender o simbólico que envolve o feminino e o masculino, e os efeitos deste olhar sobre a dinâmica social. Como apresenta Grazyelle Costa (2008, p.8) esta fundamentação é importante para mostrar que “o modelo estadocêntrico e militarizado de segurança não alcança proteger as mulheres dos efeitos da violência armada”. Sandra Whitworth (2008) mostra a variedade de perspectivas das teorias feministas, tratando de como os homens e as mulheres se posicionam no conflito, sendo estes alvos de outras formas de violência, como a sexual. Sendo também capazes de exercerem papéis ora como vítimas, ora como “agentes” da violência, quando escolhem ser combatentes.

Assim, a imagem da mulher no conflito armado, apenas como vítima do conflito não alcança o entendimento sobre o papel de mulheres enquanto agentes de transformação do cenário conflituoso. As mulheres em diversos países que vivenciam um conflito, têm atuado no processo de paz, organizando-se em oposição à guerra, denunciando violações de direitos humanos e exigindo um diálogo entre as partes conflituosas, com objetivo de colocar um ponto final à violência. De acordo com Ariño (2010) elas constroem pontes para o diálogo em sociedades polarizadas, logo, em processos de paz, mesmo onde não há

ainda um diálogo de paz formal. Estas constroem pontes para que isto aconteça, criando espaços de diálogo entre a comunidade e reconhecendo pontos de partida comuns aos envolvidos no processo, uma mediação que tem sido realizada, em países, como Serra Leoa, Nepal, Sérvia, Irlanda do Norte e Colômbia. Neste país, observa-se um avanço em comparação aos processos de paz em outros países: a assinatura de um acordo de paz com foco em gênero.

Gonzales e Osório (2016) mostram o histórico de participação das mulheres em negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- FARC, bem como o ativismo de movimentos feministas durante o processo de paz, de 1982 a 2016. Sobre o lema “a paz sin mujeres no va” reclamam sua representação das mesas de negociação do acordo de paz, a fim de incluir os ajustes sociais necessários para superar a violência.

## **2-OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

A pesquisa busca analisar o protagonismo das guerrilheiras das FARC e do movimento feminista para paz: Rota Pacífica das mulheres no contexto do Conflito Armado, acompanhando a construção de seu papel a partir dos testemunhos escritos e orais publicados por diversas organizações não-governamentais e observatórios sociais.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Abordar o impacto Conflito Armado sobre a vida das mulheres;
- Analisar a atuação das mulheres no processo de paz colombiano;
- Apontar os êxitos obtidos junto às mesas de negociação entre o governo colombiano e as FARC;
- Compreender como a violência de gênero segue constituindo um empecilho para a emancipação das mulheres e para o sucesso dos processos de paz.

### **3-METODOLOGIA**

O método de abordagem se baseia na leitura prévia do aparato teórico-conceitual sobre os Estudos Críticos de Segurança Internacional, com especial foco sobre mulheres guerrilheiras e mulheres em processos de paz, de modo a traçar uma conexão entre aquelas leituras e o conceito de emancipação de Ken Booth. Tendo em vista que o conceito de emancipação emprega caro valor às transformações dos processos históricos empreendidas pelo ato de atribuição da voz, seguiremos a análise e síntese dos testemunhos escritos e orais presentes nos informes produzidos pela “Rota Pacífica das Mulheres”, e outras organizações não governamentais, como a “Iniciativa de Mulheres para paz” e “SISMA Mujer”, além da mulheres guerrilheiras.

Assim, aqueles relatos e testemunhos constituirão fontes primárias lidas e analisadas por uma abordagem de análise de conteúdo que levará em conta a observação sobre a chamada “sensação de segurança autorreferida”, que em suma busca encaminhar os relatos para a resposta de perguntas que tragam compreensão sobre a visão das mulheres acerca do seu papel perante o processo vivenciado, perante os agressores, perante a sociedade, perante o masculino, perante a guerrilha, perante o Estado e seus agentes armados.

Em suma, busca-se identificar se a participação nas guerrilhas e nos coletivos civis se orienta para uma perspectiva positiva sobre o seu presente ou para o futuro em comparação ao seu passado, muito embora, no caso das mulheres guerrilheiras, uma profunda cicatriz lhe seja deixada pelas violências sofridas por parceiros de luta. Além dos relatos apresentados foram coletados relatos publicados pelo Instituto Kroc de Pesquisas para Paz, de mulheres colombianas, pela ONU Mulheres e Human Rights Watch.

### **4-RESULTADOS PRELIMINARES**

#### **4.1 Mulheres nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia**

A violência carrega consigo marcas simbólicas sobre a masculinidade e feminilidade. Carmen Magallón (2004) apresenta que a figura da mulher é desenhada de forma que a distância do aparato de poder. Há uma associação da figura pacífica e emocional e subjetiva da mulher, e do homem violento e racional, sendo a mulher a “alma

bela” e o homem o “guerreiro justo”, objetivo e racional. No entanto, o aumento do número de mulheres participantes de grupos guerrilheiros questiona a naturalização de tais estereótipos.

Um olhar para história mostra a violência presente no país. Ceará (2008) destaca como uma onda de manifestações de operário e camponeses, conservadores dão início a um período sangrento que ficou nomeado como La Violência, marcado pela repressão que durou de 1948 a 1953. O conflito foi se estendendo para o campo e só em 1958, o partido conservador e liberal deram um passo para o entendimento, mas passaram a marginalizar o campesinato, os inibindo da participação política.

É naquele cenário fragilizado, marcado pela forte repressão e pela opressão do campesinato, que os guerrilheiros das FARC ganharam poder. Ao analisar os aspectos da guerrilha e da Revolução, Héctor Saint-Pierre (2000) mostra que a guerrilha revolucionária se opõe violentamente ao regime vigente, logo, a guerrilha é caracterizada pela sua ilegalidade, que busca romper com a ordem vigente, de não se submeter a normatizações sobre conflitos bélicos, e de não estabelecer frente de combate com tática de golpear e ocultar-se. Além do aspecto da ilegalidade e irregularidade da guerrilha, este possui outra característica fundamental: o compromisso político, elemento que o difere de grupos de delinquentes, que buscam o lucro, já que os guerrilheiros que buscam a tomada de poder. (SAINT PIERRE, 2002)

Minillo et al. (2008) destaca que as FARC emergiram a partir de inúmeros aspectos políticos e sociais, além de simbólicos em um contexto de desigualdade e concentração fundiária oligárquica e repressão do Estado aos camponeses em diversos níveis de violência contra mulher, como tortura, estupro e ameaças, sendo as FARC uma forma de escapar deste estado de vulnerabilidade e da violência institucional.

Em entrevista realizada por Fernandez e Chagas (2019) Sandra Ramirez, ex-combatente das FARC, atualmente Senadora, quando questionada sobre as motivações que a levaram para a entrada na guerrilha, ela responde que a desigualdade social foi o fator principal. Segundo ela, a guerrilha foi uma alternativa de vida, frente a falta de opções e de apoio do Estado colombiano com os jovens e com os mais humildes. Ao tratar da vida das combatentes nas FARC, Sandra Ramirez apresenta que as situações de assédio, os enfrentamentos, os bombardeios, a falta de um lugar fixo para ficar são as situações mais

difíceis para quem vivencia a guerrilha. No entanto, é ressaltado por ela, o senso de coletividade dentro grupo, a solidariedade, a responsabilidade e a autocrítica presente no coletivo, enfatizando o fato de a opinião das mulheres serem relevantes para o coletivo, as tornando um sujeito ativo e político.

Nesse sentido, Magallón (2004) ressalta que as FARC oferecem às mulheres uma forma de fugir do desempenho tradicional do papel subalterno desempenhado pelas mulheres na sociedade colombiana e de ter um papel de luta e destaque na sociedade, atuando no grupo como combatentes e não combatentes, usando armas e uniformes iguais a dos homens. Todavia,

Mais de 400.000 mulheres foram vítimas de homicídio no contexto do conflito armado, e há mais de 57.000 mulheres vítimas de deslocamento forçado. Entre 1995 e 2011, a violência em conflitos armados levou à deslocação interna de mais de 2.700.000 mulheres (cerca de 6% da população total e 51% de todas as pessoas deslocadas). 15,8% das mulheres deslocadas relatam terem sido vítimas de violência sexual. As mulheres pertencentes a grupos étnicos indígenas e afro-colombianos foram desproporcionalmente afetadas pela violência derivada do conflito, dos 3.445 casos de homicídios de indígenas e afro-colombianos, 65,5% eram mulheres. (ONU MUJERES, 2017)

Gonzales e Maldonado (2016) mostram que a participação das mulheres dentro das FARC é pouco conhecida, visto que as suas figuras mais emblemáticas, são homens que se destacam desde a fundação do grupo a comandos atuais, como Manuel Marulanda, que comandou as FARC por mais de 40 anos.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular FARC-EP é um movimento revolucionário político-militar nascido no ano de 1964 nas montanhas do sul do departamento, nossos fundadores eram 48 camponeses que viviam na região de Marquetalia, uma colônia agricultura fundada por eles mesmos dez anos antes. Seus principais líderes foram Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, que lideraram nossa luta até que sua morte natural, que ocorreu muitos anos depois. (FARC-EP, 2019)

Para os autores, é só durante o processo de paz do governo Pastrana e Santos que se observam as figuras femininas, com maior destaque, entre elas, Sandra Ramires, que fez parte da delegação das FARC durante o processo de paz em Havana. Neste processo de paz em Havana, as mulheres participaram como apoio à mesa de diálogo. Ao longo do processo, as insurgentes foram cobrando maior relevância feminina nas negociações, ao ponto de fazer parte da Subcomissão Técnica do Fim do Conflito Armado e da Subcomissão de Gênero (CASTRILLÓN, 2015, p.77).

Bohórquez (2018) categoriza este momento das Mulheres Farianas (guerrilheiras) como a terceira fase de papel desempenhado ao longa da história nas FARC, a fase das negociações e autocrítica, que vai de 1996 a 2016. O primeiro momento é caracterizado por ela, como um período em que as mulheres exercem o papel de companheiras, enquanto, mães, esposas e cuidadoras, e com um papel mais secundário ao cuidar dos doentes e das atividades de manutenção do acampamento, mas aos poucos foi ganhando espaço na luta armada, manejando armas e explosivos, associados ao masculino, um período que vai de 1964 a 1982.

Assim, convém o questionamento sobre a participação das mulheres na luta armada, sobre estarem ou não avançando no caminho do empoderamento, dentro do patriarcado. Há um avanço nesta participação, pois é possível rever estereótipos femininos, como: emoção, maternidade, sentimentalismo, que excluem as mulheres do mundo público das democracias ocidentais, mas a incorporação da mulheres na política e na guerra, pode gerar um papel de afazeres domésticos, que justifica uma subordinação feminina, reproduzindo um discurso tradicional sobre gênero. (OBREGÓN 2005)

No segundo momento, há uma ampliação da frente de mulheres e aquelas exercem ofícios diversos. Há uma ampliação do discurso sobre igualdade de gênero dentro do grupo, que vai de 1982 a 1998. A terceira fase ganha maior destaque, devido ao protagonismo, resultando em negociações que tratam da questão gênero e insurgência. Nas negociações realizadas em entre 1998 e 2002, as mulheres já haviam chamado atenção da mídia para as singularidades internas da guerrilha e para seu próprio cotidiano. Anos depois, em 2012, no início das Negociações de Havana, estas ganham maior destaque, tratando não apenas das questões de gênero, mas versando sobre outros problemas estruturais do país.

Paralelamente às conversas em Havana, as mulheres participaram não só ao redor e atrás das mesas, mas elas se organizaram para avançar na análise e investigações sobre os itens da agenda de negociação. Entre 2012 e 2013, diferentes mulheres da sociedade civil e organizações sociais participaram em fóruns sobre a política de desenvolvimento agrário, participação política, colheitas ilícitas, tráfico de drogas e vítimas, com o apoio das Nações Unidas e do Centro de Pensamento e Acompanhamento ao Diálogo de Paz da Universidade Nacional da Colômbia. ( BOHÓRQUEZ,2018)

Bohórquez apresenta que este processo veio acompanhado de um processo autocrítico das guerrilheiras, partindo da percepção dos papéis de gênero e do lugar das guerrilheiras na estrutura armada e na implementação do acordo. O que se mostra dentro de um processo de emancipação, haja vista a criticidade de pensar e se posicionar sobre os papéis desempenhados dentro da estrutura das FARC. Partindo de um senso de coletividade e de justiça social para as mulheres do País, a participação ativa na política não sessa. Rueda (2019) em reportagem ao jornal colombiano El Espectador, mostra que as ex-combatentes, pretendem permanecer ativas, enquanto atores políticos reconhecidos pelo Estado. Reitera que estão em busca de espaço de poder, mas enfrentam o desafio de ocupar aqueles espaços e sair do cuidado do lar, enfrentando obstáculos para a reincorporação, enquanto ex-combatente, à vida civil.

Todavia, ainda que a entrada dessas mulheres nas FARC, signifique um movimento importante de transição da figura da mulher vitimizada. As mulheres assumem uma identidade de poder masculinizada. Nota-se, então, momentos distintos em torno da emancipação: em um primeiro momento, as mulheres se integram às FARC e se conectam com os ideais de igualdade entre os guerrilheiros, redefinem seu papel social, e se esforçam para se adequar ao mundo masculinizado do conflito (COSTA,2008).

Do ponto de vista da FARC, são trazidos aspectos ideológicos para o recrutamento feminino. De acordo com Costa (2015), a presença das mulheres em grupos guerrilheiros é usada como instrumento ideológico, a fim de mostrar que toma a emancipação como resultado da superação do capitalismo, assim, internamente a igualdade acaba não sendo problematizada, pois é mascarado pela ideologia revolucionária. Assim, as mulheres saem do seu lugar comum para refletir sobre a sua própria identidade, ou seja, não é um processo

acrítico de assimilação de uma cultura masculinizada. E isto é mostrado pela autora, através da literatura de testemunho de duas ex-guerrilheiras: Maria Eugenia e Vera Gabre em seus textos “Escrito para no morir” e “Raziones de Vida” estas relatam sua culpa e questionamentos, sonhos não realizados, e o contato com uma identidade feminina mais tradicional. No relato de Maria Eugêncía Várquez, que deixou seu filho para viver a luta armada, mas que ao viver o trauma de saber que seu filho morreu, relewa “ a convicção de que o sacrifício do cuidado de seus filhos se justificava pelo heroísmo do cuidado de todos os filhos da Colômbia se desmorona em uma culpa que María Eugenia não é capaz de mascarar (COSTA,2015, p.133).

Em diálogo com esse processo identitário, Costa (2008) destaca a dificuldade de as mulheres guerrilheiras reconhecerem a discriminação de gênero dentro do grupo, pois são contornadas pelo discurso da igualdade e do companheirismo disseminados, que leva as mulheres ao não reconhecimento do machismo dentro das FARC. Herrera e Porch (2008) apresentam os outros pontos para o recrutamento feminino. Além da compatibilidade com as ideias de igualdade presentes no grupo, as mulheres enquanto guerrilheiras disciplinadas desempenham um papel importante, de aproximação com os cidadãos das áreas controladas pelas guerrilhas, exercendo um papel de mediação. Fator que se conecta com o próprio caráter valorativo da insurgência, de ser um exército popular que está em luta pelo povo. Em termos de participação, as FARC possuem uma divisão igualitária. Costa (2008) salienta que a participação das mulheres na frente armada, em grupos como as FARC e ELN (outro grupo armado forte), representa entre 40% a 50% do contingente.

Herrera e Porch (2008) denunciam a presença feminina enquanto parceiras sexuais para permanência dos homens no grupo. Minillo et al. (2008) apresentam que ainda que haja uma liberdade sexual dentro do grupo, em que as mulheres podem se relacionar com qualquer um dos guerrilheiros, elas só podem se relacionar com homens do grupo, o que demonstra a instrumentalização do corpo da mulher com o fim de manter os homens dentro das FARC. Outro exemplo desta instrumentalização do corpo da mulher é o controle reprodutivo, o uso obrigatório de métodos contraceptivos e os abortos sem o consentimento da mulher.

Em entrevista realizada ao Human Rights Watch, Angela, ex-combatente das FARC diz: “se você engravidar, você tem que abortar. Muitas mulheres engravidam. Eu tive duas

amigas que engravidaram e que tiveram que abortar. Elas choraram, choraram. Elas não queriam perder o bebê”. (HUMAN RIGHTS WATCH,2003, p.72). Em oposição a informações como estas, as FARC, através de seu grupo Mulher Fariana (2014) diz que há uma campanha difamatória, que vincula as FARC à violência Sexual, e rechaça a utilização do corpo das mulheres como arma de guerra, vingança e humilhação. O que vai contra à análise que mostra como as relações de trabalho e entre casais, foram circundadas por violência, que são destacadas em relatos. Observa-se então, situações enfrentadas pelas mulheres guerrilheiras, semelhante às problemáticas de igualdade de gênero na sociedade colombiana ( BEHÓRQUEZ,2018).

#### **4.2 A Rota Pacífica das Mulheres**

Ainda que tenham sido vítimas do conflito armado, as mulheres exercem um papel fundamental no processo de paz, gerando alternativas para a construção da paz e mecanismos de resistência. Sánchez (2016) aponta que os movimentos organizados de mulheres se iniciaram em 1970 na Colômbia, mas tiveram nos últimos anos um salto muito grande, com campanhas de mulheres contra a guerra, e relatos de experiências. Outros grupos surgiram com o propósito de estabelecer uma ampliação das conexões com outros movimentos feministas, fazendo um papel de denúncia de abusos e dialogando com o poder público.

Dentro destes grupos, a “Ruta Pacífica de las Mujeres”, formada em 1996 ganha destaque por ser atualmente o movimento com maior visibilidade no país, com uma agenda de atuação ampla que envolve desde mobilizações e escolas de formação e conscientização. Vargas e Piérez (2018) destacam que as organizações de mulheres têm gerado pensamentos autônomos em torno da construção da paz e uma persistência diante dos problemas que envolvem a população, propondo alternativas para a transformação social. A Ruta Pacífica de las Mujeres possui como objetivo geral construir a paz na Colômbia dentro de um marco de reconhecimento dos direitos das mulheres, fortalecendo a participação social e política das mulheres no processo de finalização do conflito e na implementação dos acordos (RUTA PACÍFICA, 2018).

Costa (2008) aponta um aspecto importante de distinção da Ruta: a maneira como enxergam a linguagem como forma de transformar a sociedade, visto que a própria

violência carrega consigo marcas simbólicas. Assim, o grupo busca repensar estas marcas simbólicas que legitimam a violência, realizando manifestações artísticas, música, teatro, poesia e símbolos que não remetem à violência. Outro papel importante vinculado a linguagem, que vem sendo realizado são as rodas de conversa a fim de constituir uma memória coletiva, e as diversas formas de vivência da violência no país. O grupo também está amplamente conectado com movimentos internacionais de mulheres, que significa para Ruta uma conexão com outras mulheres que sofrem com a violência ao redor, assim, tanto a união destas mulheres como a própria violência são elementos que transcendem as fronteiras nacionais.

Além de estabelecer alianças com outros movimentos de mulheres pela paz, a Ruta estabeleceu alianças com organizações colombianas, como “Iniciativa de Mulheres pela Paz”, “Rede Nacional de mulheres”, “Vamos mulher”, estando hoje associada com mais de 300 organizações que se alinham com seus objetivos de pôr fim ao conflito. (PULIDO,2018)

Além do aspecto simbólico com o qual a Ruta busca repensar e violência, esta possui outros eixos de construção de paz. Pulido (2018) identifica quatro fundamentais empreendidos pela Ruta entre 2006 a 2016: a resistência civil, iniciativas locais de apoio, ação e participação política e a construção de memória histórica. Quanto à resistência civil, estas são identificadas através das manifestações promovidas pela organização. Nos anos de 2006 a 2016, o grupo conseguiu mobilizar cerca de 100 mil mulheres e promoveram 17 mobilizações nacionais, em variadas regiões da Colômbia. Já as iniciativas locais de apoio, a Ruta apoia as mulheres que querem criar seu espaço para tratar de projetos e discussões no âmbito da violência de gênero no país, além disso, acompanha as mulheres vítimas do conflito, denunciado os crimes e buscando a reparação para as vítimas, e realiza projetos de pedagogia para paz, tratando de temas como: solidariedade, resistência civil e educação para paz.

No livro da Ruta, *la Verdad de las Mujeres*, publicado em 2013, é apresentada a necessidade das mulheres dialogarem sobre os problemas que circundam e desenvolverem acordos, construindo um espaço de pertencimento e construção de identidade. Cabe salientar que a Ruta envolve singularidades e pluralidades da mulher colombiana, compreendendo as demandas da mulher indígena, afrodescendente, rural, urbana. Quanto

ao acompanhamento das mulheres vítimas do conflito, este envolve tanto um acompanhamento legal, como social e psicológico. Como é identificado no primeiro boletim divulgado em 2002 pelo movimento, a organização tem oferecido defesa e ajuda jurídica à comunidade, abastece lojas comunitárias, desenvolve programas para permitir a soberania alimentar e fortalecer a medicina tradicional dos territórios.

No que toca à participação na ação política, a mais reconhecida está a criação do Tribunal das Mulheres na Colômbia, que não possuía vinculação judicial, mas foi importante para as mulheres compartilharem as experiências, dando credibilidade à palavra destas mulheres, criando bases para uma denúncia formal perante um sistema judicial. Outro momento importante, foi a criação do Movimento Mulheres Conta a Guerra e pela Paz. Entre as ações recentes está a participação das mulheres na Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, organizada com o intuito de obter informações e visões de mulheres sobre os pontos do Acordo de Paz, um projeto que envolve a ONU, e organizações de Direitos Humanos e de mulheres. A memória coletiva é outro ponto fundamental para a Ruta, a fim de conhecer os danos causados no conflito e de proporcionar justiça histórica às mulheres vítimas. Nesse sentido, busca construir a memória histórica através, livros que trazem a voz das testemunhas, oficinas, comunicados, produções audiovisuais (PULIDO, 2018).

Portanto, A Ruta se movimenta em favor de três forças ideias: contra as raízes da opressão e subordinação na qual vivem as mulheres, e busca a transformação tanto nas estruturas econômicas como ideológicas e de cultura, opondo-se ao militarismo como transmissor de valores machistas e mostrando os laços que unem a violência contra as mulheres e a violência social e política. (RUTA PACÍFICA, 2013)

#### **4.3 Mulheres em processo de paz: resultados alcançados**

Magallón (2004) apresenta que ao redor do mundo as mulheres estão atuando para paz, se organizando em oposição às políticas de agressão de seus países, buscando soluções não violentas para os conflitos estruturais, lutando contra a impunidade, aproximando a comunidade e apoiando outras mulheres que vivenciam descumprimentos aos direitos humanos, assim como militando para projetar as mulheres como protagonistas na tomada de decisão. Tais pontos podem ser vistos na ação das mulheres colombianas frente ao conflito armado e a violência estrutural do país, que prevê antes de tudo uma percepção do

machismo presente na sociedade colombiana e na construção de uma memória coletiva feminina, que demonstre os impactos do conflito tanto para combatentes como para não combatentes, o que tem exercido um papel essencial de construção de paz na Colômbia.

De acordo com Costa (2008) as mulheres ex-combatentes exercem um papel importante, devido ao ativismo político que vivenciaram na guerrilha. A “igualdade opressora” vivenciada por estas mulheres em grupos militarizados, orienta o engajamento de outras mulheres baseadas nas demandas das mulheres, e em valores mais pacifistas e igualitários. O trabalho desempenhado por elas é de incentivar o poder político e de diminuir os estereótipos em torno da mulher combatente. O’Neil (2015) trata sobre a reincorporação dessas combatentes às comunidades, para que estas não sejam marginalizadas. Assim, a participação destas em grupos de mulheres e no treinamento de habilidades profissionais, facilita o retorno dela à sociedade.

Ainda que tenham sido vítimas do conflito armado, as mulheres exerceram exercem um papel fundamental no processo de paz, gerando alternativas para a construção da paz e mecanismos de resistência. Sánchez (2016) aponta que os movimentos organizados de mulheres se iniciaram em 1970 na Colômbia, mas tiveram nos últimos anos um salto muito grande, com campanhas de mulheres contra a guerra, e relatos de experiências. Outros grupos surgiram com o propósito de estabelecer uma ampliação das conexões com outros movimentos feministas, fazendo um papel de denúncia de abusos e dialogando com o poder público.

Mesmo diante do histórico de ativismo das mulheres colombianas, estas estiveram por muito tempo ausentes nas mesas de negociação de paz do país. De acordo com o Bouvier (2016) a mesa negociação para paz da Noruega, em 2012, era preenchida em quase sua totalidade por homens, tanto por representantes das FARC quanto do governo colombiano. Por outro lado, permaneceram ativas sobre a temática na pesquisa e em conferências regionais e internacionais. Mas só conseguiram espaço na mesa de negociação, após a Cúpula Nacional de Mulheres pela Paz, em 2013, ganhando maior visibilidade junto às instituições internacionais, como ONU Mulheres. Na cúpula, as mulheres apresentaram demandas em torno da permanência da mesa de negociação até sua assinatura, também em torno da inclusão de mulheres na mesa de paz e em diferentes fases

do processo, protestando para que a experiência das mulheres ex-combatentes fosse levada em consideração.

O número de mulheres participando das negociações do acordo de paz foi crescendo ao longo dos anos. Em 2013 a delegação das FARC estava composta por 40% de mulheres. Nomes importantes do processo são: Elena Ambrosi, diretora da Oficina de Direitos Humanos do Ministério da Defesa e Lucia Ayerbe, do Gabinete da Presidência, como representante mulher das FARC, além de Sandra Ramirez. Além da atuação destas plenipotenciárias da negociação de Cuba, foi formada também uma subcomissão de gênero, a fim de garantir e acompanhar o direito das mulheres no processo de paz. (BOUVIER,2016).

A participação das mulheres na mediação de conflitos é também em outros casos. O Ex- Subsecretário Geral de Operações de Paz da ONU, Hervé Ladsous apresenta que as decisões que são tomadas em uma mesa que envolve um acordo de paz afeta as mulheres, e para solução das problemáticas sensíveis ao gênero, faz-se necessária uma participação mais ativa daquelas, enxergando-as não apenas como vítimas do conflito, mas como possíveis mediadoras entre atores e ambientes que conhecem bem. Dialogando com esta ideia, Biena Diop, presidente da organização não- governamental “Femmes Africa Solidarité” aponta que as mulheres desempenham um papel central na construção da paz, mas de maneira geral ainda permanecem ausentes, pois as habilidades de negociação das mulheres são ignoradas e estas acabam sendo afastadas da mesa de negociação (ONU, 2012).

Além do papel de negociadora, as mulheres possuem a habilidade de mobilização, como pode ser observado no caso colombiano. O próprio referendo sobre o acordo de paz, realizado em 2016 se deu em um cenário de trabalho coletivo de mulheres, que se engajaram de maneira acadêmica e política pra que este ocorresse. Vargas e Piérez (2018) destacam a iniciativa “um milhão de mulheres pela paz” em que várias mulheres convidavam umas às outras para votar “sim” no plebiscito sobre o acordo de paz. Apesar da resposta negativa da população no plebiscito, nota-se o engajamento destas mulheres em prol da participação democrática e saída negociada do conflito.

Desde a década de 1990, a Rede de Mulheres, a Rota Pacífica e a Iniciativa da Mulher paz, as organizações mais fortes, desenharam uma agenda de trabalho de

perto tem sido ligada à resolução do conflito: o cessar-fogo bilateral, a desmilitarização, a vida civil, distribuição de terras com equidade, respeito pelo corpo, justiça e os diferenciais foram seus principais serviços ( GONZÁLES,2017)

O acordo final firmado em 24 de novembro de 2016, está desenhado por seis pontos principais: o primeiro compreende a reforma rural integral, buscando a integração da região rural e para erradicação da pobreza. O segundo, compreende a participação política e o aprofundamento da democracia, ressaltando o abandono da violência como um método de ação política, problemática que é colocada no terceiro ponto, que tem como objetivo o cessar fogo e o abandono das armas. O quarto busca solucionar a problemática das drogas ilícitas no país, o quinto compreende o ressarcimento das vítimas e cria um sistema integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição buscando a garantia dos direitos humanos, e o ponto 6 cria a Comissão que avalia a implementação do acordo (COLÔMBIA,2016).

Tais pontos levam em consideração a questão de gênero. Krystalli (2016) aponta que além de ter mulheres participando da mesa de negociação, o acordo possui grandes áreas temáticas que inclui as perspectivas de gênero, como o acesso a propriedade rural pela mulher, garantias dos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres e da comunidade LGBT, promoção da participação das mulheres, tanto na representatividade, quanto na resolução de conflitos e na prevenção de riscos, como no acesso à verdade e à justiça, medidas para combater a impunidade, divulgação e luta contra a estigmatização do trabalho político das mulheres e, por fim, ação institucional para fortalecer as organizações de mulheres.

Costa (2008) mostra como as organizações para as mulheres da Colômbia, dentro das quais a Ruta Pacífica, ganham destaque frente a organismos internacionais. A “ Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” dos anos 2000 levou à ONU o impacto do conflito armado na vida das mulheres colombianas, servindo, então, como uma forma de pressionar o Estado frente à problemática das mulheres e para estabelecer trocas informações de organizações locais e internacionais. Isto contempla o que é abordado por Adell (2018) que enfatiza que as comunidades desejam um maior protagonismo na construção da paz não sendo apenas beneficiários da oferta de política pública. Há uma demanda para o que Estado não se coloque apenas como uma figura burocrática, mas que esteja aberto para

promoção de processos coletivos de transformação, valorizando as demandas dos atores e fazendo uma transformação em conjunto.

#### **4.4 Avaliação prévia da implementação do Acordo de Paz e os dados sobre a violência contra mulher**

De acordo com o informe de 2017 do Instituto Kroc de Estudos Internacionais para Paz, parte do apoio técnico à Comissão Internacional de Verificação (CIV) destaca que o acordo de paz colombiano é um dos acordos mais bem desenhados, já firmados e a sustentação da paz depende da qualidade com a qual este será implementado. Pois, ainda que seja de grande impacto um acordo de paz, tanto sua construção quanto implementação necessitam de participação de variados atores. Saffon e Uprimny (2009) argumentam que os direitos das vítimas do conflito armado estão no centro de discussão das negociações de paz, o que de fato não assegura a proteção de direitos a estas pessoas, pois uma transição do conflito para a paz não inclui somente mecanismos legais

O recente acordo de paz não inclui os variados atores armados presentes do conflito e ainda existe uma forte atuação dos grupos paramilitares, o que dificulta o processo de transição para paz. Outra problemática do processo de transição diz respeito à narração dos crimes vivenciados pelas vítimas. Uprimny (2005) aponta que um processo transicional para paz exige a verdade sobre os crimes humanitários sejam narrados, algo que não é alcançado somente com uma comissão da verdade.

Nota-se então, a necessidade de o Estado possuir mais informações sobre os crimes praticados durante o conflito, realizando um processo de reconstrução dos fatos ocorridos com a participação das vítimas, visto que o processo de paz não pode ser construído com base no esquecimento das atrocidades realizadas. Nesse sentido, a Ruta Pacífica tem exercido um papel importante de construção da verdade, com base nos relatos das mulheres. A organização, através da Comissão da Verdade e Memória em que são narradas as histórias da violência vivenciada pelas mulheres, bem como suas demandas e reivindicações, construindo uma memória histórica sobre o impacto do conflito em seus corpos e suas vidas. (RUTA PACÍFICA,2018)

Sobre a participação das mulheres em espaços de poder, o Instituto Kroc identifica avanços na participação e representação das mulheres em órgãos criados durante o Acordo, como no Grupo de Trabalho de Gênero em La Paz, em que 33% são mulheres. Nos tribunais de jurisdição especial para paz (JEP) 53% são mulheres. No entanto, o instituto destaca que há baixo nível de representatividade feminina em órgãos chaves para consolidação da paz, como a Comissão Nacional de Garantías e Seguridad e no Conselho para Reincorporação Nacional.

O Instituto avalia que o processo de paz na Colômbia avança de forma significativa, pois foram elaboradas as bases necessárias para o desenvolvimento da implementação, como bases normativas, além do abandono das armas e o cessar-fogo. Mas esclarece que são necessárias medidas importantes no curto prazo, como proteção aos ex-combatentes das FARC, aos defensores de Direitos Humanos e as comunidades. Uma segunda medida que deve ser priorizada compreende um campo legal de ajuste de prioridades normativa, legislativa e administrativa necessários para sustentação do acordo.

No Informe Especial *El acompañamiento internacional, ONU Mujeres, FDIM y Suecia, al seguimiento del enfoque de género en la implementación del Acuerdo Final 2018*, o Instituto Kroc identifica que dos 578 dispositivos, entre ações concretas, observáveis e mediáveis, 130 delas possui um enfoque de gênero. Nos 130 dispositivos com enfoque de gênero, o instituto aponta que desde a implementação do acordo até 30 de junho de 2018, 51% dos compromissos haviam implementados de forma mínima, 7% alcançou um nível intermediário e 4% dos dispositivos haviam sido implementados de forma completa. Os pontos que se mostram com menos desenvolvimento compreendendo a Reforma Rural integral, a participação política, a solução aos problemas das drogas. Os pontos são de máxima importância tanto para as mulheres, quanto para os homens e o Instituto avalia que houve um avanço normativo interno para implementação do acordo, mas não houve avanços na implementação.

O Informe da Anual da Anistia Internacional (2017/18) indica que houve uma redução do número de civis mortos, após a assinatura do Acordo. Mas em algumas regiões do país o conflito se intensificou. A violência contra mulher continua recorrente, principalmente a violência sexual. A Anistia Internacional enfatiza o trabalho realizado pelas mulheres para que o Acordo determinasse que indivíduos suspeitos de cometer

violência sexual comparecessem a tribunais de justiça transicional e o Acordo definiu que crimes de tal natureza não estariam sujeitos a perdões ou anistias. No entanto, não houve avanço até então na justiça para as vítimas de violência sexual, temáticas que já haviam sido denunciadas e destacadas pela “Mesa de Trabalho Mulher e Conflito Armado”.

No último informe da mesa, publicado em 2010, nota-se uma priorização sobre a temática da violência sexual de mulheres jovens e crianças. Este informe avalia de forma positiva a vontade política para escutar as organizações das mulheres e um esforço inicial para inclusão das temáticas referentes às mulheres no acordo. A mesa então propõe ao estado colombiano uma integração em tempo razoável de uma política que inclua os padrões internacionais de direitos humanos e penal, agindo de maneira específica para tratar da violência sexual, formulação de mecanismos institucionais que permita o acesso à justiça por mulheres indígenas e afrodescendentes, vítimas de violência sexual e deslocamento informado, implementação da lei 1719, que adota medidas para as vítimas de violência sexual durante o conflito armado, além de assegurar as normas, mecanismos e reformas para a construção de um modelo de justiça de transição.

O impacto da violência sexual é destacado no documento público da organização Iniciativa das Mulheres pela Paz- IMP de 2018 *La Experiencia de Acceso a la Justicia de las Mujeres del Corregimiento de Libertad: La Importancia de Caminar Acompañadas*, trata principalmente da experiência das mulheres entre os anos de 2001 a 2004, no município de San Onofre, Sucre, situado entre Los Montes Maria e o caribe colombiano, nessa região instalou-se grupo de extrema-direita paramilitar, a Autodefesas Unidas da Colômbia-AUC, ainda que não seja o ator violento a qual envolve o acordo de paz, o documento mostra a complexidade envolvendo o conflito, bem como os integrantes da AUC instalaram uma dinâmica de guerra, violentando sexualmente diversas mulheres do município, no contexto do conflito armado. Nesta região, as mulheres foram submetidas a tortura, estupro, nudez forçada, roubos e massacres realizados pelos paramilitares.

A organização traz em sua documentação relatos individuais de mulheres, que revelam além do sofrimento, da violação de seus corpos e da humilhação uma vontade ser exemplo para outras mulheres que passaram por situações similares, mas que permanecem em silêncio, e uma exigência em relação ao seu direito enquanto vítimas, como no relato de Modesta, que diz “Nunca me había animado a que esto se hiciera público, pero hoy me

siento con valor... Quiero que lo que nos pasó a nosotras salga a la luz; que lo sepa el país entero”(IMP,2018,p.28).

A SISMA, organização não governamental voltada para a questão de gênero na Colômbia, trouxe em seu informe sobre o comportamento das violências contra as mulheres em 2016, usando como base dados oficiais do governo, como Registro Único de Vítimas (RUV), Ministério da Saúde e da Proteção Social ( SISPRO), Defensoria do Povo, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INML-CF). De acordo com os dados deste instituto, mostra que a violência contra as mulheres realizada pelo companheiro ou ex-companheiro aumentou de 6,8% em relação a 2015 e 2016, revelando um alto grau de vulnerabilidade e risco, pois a cada 12 minutos, uma mulher é violentada por seu companheiro.

Ao mesmo tempo, o número de feminicídios seguem aumentando, de 12,28% comparando 2015 com 2016, o que indica que a cada 3 dias, uma mulher é assassinada por seu companheiro. Os dados sobre violência sexual também chamam atenção, pois de acordo o número de vítimas documentadas pela Polícia Nacional (DJIN) houve um aumento de 35.93%, revelando que a cada 20,9 minutos é uma mulher é agredida sexualmente, os dados de INML-CF também se aproximam, indicando que a cada 28.8 min uma mulher foi agredida durante 2016, sendo as meninas entre 10 e 23 anos de idade a maior parte dos casos de violência sexual. Um ponto que chama atenção é o assassinato de três mulheres trans, defensoras dos Direitos Humanos em 201, e em 2017 a Defensoría del Pueblo manifestou uma situação de risco das defensoras dos Direitos Humanos, visto que em 2016, 96 lideranças receberam acompanhamento e quinze foram vítimas de violência sexual (SISMA,2016).

Além disto, o comitê para eliminação da discriminação contra mulher-CEDAW, em seu Informe de 2019 trata da situação dos direitos humanos das mulheres relaciono com a construção da paz e dos ataques contra defensores dos direitos humanos. Nesse sentido, é destacado mais uma vez, a violência contínua contra mulheres, e que o processo de reincorporação de ex-combatentes possui uma ausência de perspectiva de gênero. Em relação a educação, o informe mostra que o governo colombiano se ausenta das discussões que possam eliminar a discriminação de gênero, sem avanços a uma formação a direitos sexuais e reprodutivos.

Na vida política e pública há uma persistência de uma maioria masculina ocupando os espaços de poder, logo, a exemplo disto está que no congresso, elas representam 24% e os homens 79%. A mulher rural apresenta problemas em relação à segurança alimentar, pela falta de terra, de recursos e de assistência técnica. Em relação a violência contra as defensoras dos Direitos Humanos, é argumentado que o governo colombiano tem criado programas de proteção e garantias contra isto, mas ainda falham em sua implementação. Mais uma vez é destacado o avanço normativo e um caminhar lento em termos de realização.

## **5- CONCLUSÕES**

As mulheres colombianas têm atuado pela busca de segurança, e emancipação, sendo agentes de construção de paz no país, tendo destaque no Acordo de Paz com foco na questão de gênero. No entanto, elas ainda vivenciam os efeitos de uma sociedade machista e mergulhada na violência estrutural, visto que a atuação do poder público na implementação do acordo de paz ainda é insuficiente para a superação das desigualdades sociais e da violência vivenciada pelas mulheres, e são altos os índices de violência sexual e violência doméstica.

Todavia, resultados positivos foram alcançados neste processo, como uma a criação de uma subcomissão de gênero no Acordo de Paz, e dos projetos locais que tem sido desenvolvido por grupos como a Rota Pacífica das Mulheres. Além disso, as mulheres alcançaram participação das mesas de negociação, pressionando o poder público para um avanço normativo e de implementação das medidas proposta no Acordo de Paz. Nota-se então que caminho para emancipação, definido por Booth (1991), como a busca pela segurança e igualdade. Haja vista, que é um processo contínuo e duplo, no qual as mulheres exercem o papel ora como vítimas da violência, ora como agentes de emancipação, em busca da segurança. E ainda que os efeitos não sejam gozados por aquela geração, a produção de memória e a transferência de sua experiência como ex-combatentes está escrevendo uma nova história em que as mulheres podem ser vistas, como futuras protagonistas no processo de paz de um país conhecido por seu irresolúvel conflito.

## **6- PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS**

Para futuros trabalhos há uma necessidade de olhar mais para as políticas que estão sendo implementadas pelo Estado colombiano, bem como as políticas públicas para a superação da desigualdade de gênero, assim como observar o andamento dos concertos que acima se mostram como assinados, mas não implementados.

## 7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELL, Borja. De 310 páginas a una paz transformadora el reto de la paz territorial em Colombia. Challenges in colombia's changing security landscape. Lasa Forum, 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2017-2018, O Estado dos Direitos Humanos no Mundo.

ARIÑO, Maria. La participación de las mujeres en los procesos de paz las otras mesas. Institut Català Internacional per la Pau, Barcelona, 2010.

BOOTH, Ken. Theory of World Security (Ed.) Cambridge University Press, Cambridge, 2007, p.95-110.

\_\_\_\_\_. Security and Emancipation. Review of International Studies, v. 17, n. 4, 1991.

BOUVIER, Virginia M. Gender and the Role of Women in Colombia's Peace Process. Nova York: UN Women, 2016.

BOHÓRQUEZ, Rosa Maria. Mujeres Farianas: Ordem Institucional y Relaciones de Género (1998-2016), Universidade Nacional de Colômbia, Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais, Bogotá, 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BROWN, Chris. Cosmopolitanism, Emancipation and Critical Security Studies. Occasional Paper.

CEARÁ, Diego. Colômbia: poderes paralelos e crise humanitário. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, set, 2008.

COLÔMBIA. Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una paz estable duradera. Bogotá, nov 2016.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER – CEDAW. Informe del Grupo de monitoreo para la implementación de la cedaw en Colombia, Bogotá, 2019.

CORPORACIÓN SISMA MUJER. La erradicación de las violências contra las mujeres: uma tarefa inaplazable em la construcción de la paz. Informe especial, Boletim, n 13. Bogotá, 2017

COSTA, Grazielle Furtado Alves. Entre “guerreiros justos” e “almas belas” - proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz. Tese de Doutorado em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

---

O elogio do cuidado: o feminino dos testemunhos de María Eugeia Vásquez e de Vera Grabe sobre a experiência guerrilheira na Colômbia. *Revista Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. 137 v. 16, n. 27, jul./dez. 2015, p. 123-139.

FARC-EP. Quiénes somos y por qué luchamos. Disponível em: <<http://www.farcep.co/nosotros.html>> Acesso em: 22 maio, 2019

FERNANDES, Vivian; CHAGAS, Rodrigo. Senadora colombiana fala sobre o novo desafio das FARC, agora como partido político, 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58589/senadora-colombiana-fala-sobre-novo-desafio-das-farc-agora-como-partido-politico>. Acesso em: 22 maio. 2019.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969.

GONZÁLEZ, Johanna; MALDONADO, Rócio. Mujeres “ Guerrilleras”: La Participacion de las Mujeres em las FAEC ey el PCP-Sedenro Luminoso, los casps de Colombia e Peru, Groupe de Recherche Identités et Cultures (GRIC), Université Le Havre Normandie, Le Havre, França, 2016.

GONZÁLEZ, Nina; OSÓRIO, Margarita. Negociando desde los márgenes: La participacion política delas mujeres em los processos de paz em Colombia (1982-2016) Centro de Estudos de Direito, Justiça e Sociedade, Dejusticia. Bogotá, 2016.

GONZÁLEZ, Olga. La outra Subsersión: la emergência de “género” en el proceso de paz. *TraHs Números especiales n.1 Conflictos y procesos de paz: el caso de Colombia*, 2017.

GOMES, Aureo de Toledo. A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017. Human Rights Watch. You’ll Learn Not to Cry: Child Combatants in Colombia., 2003.

HERRERA, Natalia; PORCH. Douglas. Like Going to a Fiesta – The Role of Female Fighters in Colombia’s FARC-EP. *Small Wars & Insurgencies*, v. 19, n. 4, dec, 2008.

KRAUSE, Keith. Critical Theory and Security Studies, YCISS Occasional Paper, n.33, Fev, 1996.

INICIATIVA DE LAS MUJERES POR LA PAZ. Documento Público No. 9 La Experiencia de Acceso a la Justicia de las Mujeres del Corregimiento de Libertad. La Importancia de Caminar Acompañadas, Bogotá, 2018.

KROC INSTITUTE. Informe sobre el estado efectivo de implementación del acuerdo de paz en Colombia. Instituto Kroc de Estudios Internacionales de Paz, Universidad de Notre Dame, nov, 2017.

\_\_\_\_\_ Informe Especial del Instituto Kroc y el acompañamiento internacional, ONU Mujeres, FDIM y Suecia, al seguimiento del enfoque de género en la implementación del Acuerdo Final. Bogotá, 2018

KRYSTALLI, Roxanne. The Colombian peace agreement has a big emphasis on the lives of woman, 2016.

MAGALLÓN, Carmen. Las mujeres como sujeto colectivo de construcción de paz, 2004.

MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. XII Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres jóvenes y niñas en Colombia, Violencia sexual en el marco del conflicto armado: una mirada diferencial, 2014.

MINILLO, Xaman .et al. Mulheres Guerreiras: Questões de Gênero na Participação Feminina nas FARC e sua Influência nas Negociações de Paz na Colômbia. Cuadernos Bakeaz, n 61, Fev, 2004.

OBREGÓN, Maria. Mujeres en armas: ¿avance ciudadano o subyugación femenina? Análisis Político, n.54, p. 63-80, mai./ago. 2005.

ONU MUJERES. Las Mujeres en Colombia. Disponible em: <http://colombia.unwomen.org/es/ONU-mujeres-en-colombia/las-mujeres-en-colombia> Acesso em: 9 dez. 2018.

O'NEILL, Jacqueline. Are Women the Key to Peace in Colombia? 2015. Disponible em: <http://foreignpolicy.com/2015/04/20/are-women-the-key-to-peace-in-colombia-farc-talks/>. Acessado em: 18 de dezembro de 2018.

PULIDO, July. Mujeres y paz: un análisis de las acciones de la Ruta Pacífica de las Mujeres a favor de la construcción de paz en Colombia período 1996-2016. Universidade de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, Programa de Ciência Política e Governo, Bogotá, 2018.

RUEDA, Sebastian. No dejamos el fusil para dedicarnos al hogar: mujeres excombatientes, El Espectador, disponível em:><https://www.elespectador.com/colombia2020/territorio/no-dejamos-el-fusil-para-dedicarnos-al-hogar-mujeres-excombatientes-articulo-857709>> mar, 2019.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. Agenda de las mujeres de la Ruta Pacífica para la negociación política del conflicto colombiano. ¿Si ahora no, cuando? Bogotá, 2013

\_\_\_\_\_ Boletín nº1. Editorial: Bojayá, huellas de guerra, Bogotá,2002

\_\_\_\_\_ ¿ Quiénes Somos?. Disponível em: <<https://rutapacific.org.co/wp/quienes-somos/> > Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_ La Comisión de Verdad y Memoria de Las Mujeres Colombianas,2018.

\_\_\_\_\_ Memoria para la vida: una comisión de la verdad desde las mujeres para Colombia.,2013

SÁNCHEZ,Blake,E. La Ruta Pacífica de las Mujeres: repertorios simbólicos en la búsqueda de paz y reconciliación en Colombia. Revista Colombiana de Educación, p. 301-319.

SANCHEZ, Sergio. Female Fighters and the FARC: Misguided Fight for Emancipation,2012.

SECURITY COUNCIL. United Nations. Wherever there is conflict, women must be part of the solution. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2012/sc10840.doc.htm>. Acesso em: 22 maio.2019.

TICKNER, Anne. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

UPRIMNYU, Rodrigo. ¿Justicia transicional sin transición y sin verdad? Consensos y disensos en torno al proyecto de ley de verdad, justicia y reparación, Dejusticia, Bogotá, 2005.

UPRIMNYU,Rodrigo; SAFFON, Maria. Uses and Abuses of Transitional

Justice in Colombia, Law in Peace Negotiations, Oslo, 2009.

VARGAS, Jakeline; PIÉREZ, Ángela. Enfoque de Género em los Acuerdos de Paz entre el Gobierno de Colombia e la Guerrilla de las FARC-EP, 2018.

WHITWORTH, Sanda. Perspectives Feminist. Security Studies: an introduction, Ed Routledge, Nova York, 2008.

## **8- OUTRAS ATIVIDADES**

A aluna participou do V SIRI- Seminário Internacional de Pesquisa de Trabalho e Extensão em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Sergipe, entre os dias 27 e 31 de maio. No acompanhou as mesas de debate sobre Gênero, Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Diversidade, Migrações Diásporas e Interseccionalidades e sobre Justiça de transição. Neste evento, a aluna apresentou um artigo sobre as guerrilheiras das FARC e o papel da Rota Pacífica das Mulheres na Colômbia, no grupo de trabalho temático sobre Direitos Humanos e Relações Internacionais, coordenado pela Professora Dr. Flávia de Ávilla, DRI-UFS. Também participou da Semana de Política Brasileira, entre os dias 28 a 01 de fevereiro, um evento que foi promovido pelo Centro Acadêmico de Relações Internacionais, e voltou suas discussões para o quadro da democracia no Brasil. Além disso, a aluna atuou na área de marketing da Empresa Júnior e desenvolveu um projeto sobre importação de produtos do Paraguai.

## **9- JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO**

Não foram feitas alterações significativas no plano de trabalho. Mas foi feito um recorte maior para o papel da Rota Pacífica das Mulheres, o que diferiu do plano inicial que voltava para a Iniciativa de Mulheres pela Paz também. Em relação aos relatórios da Rota Pacífica das Mulheres, houve uma dificuldade inicial para acessá-los, assim foi ampliado as fontes para informes de outras organizações não governamentais e para entrevistas e relatos de mulheres durante o conflito.